



Lei nº380/2025, 15 de setembro de 2025.

São Bento do Tocantins - TO, 15 de setembro de 2025.

*“Dispõe sobre a concessão de uso de bem público imóvel do Município de São Bento do Tocantins - TO, e adota outras providências.”*

O Prefeito Municipal de São Bento do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de atribuições legais e constitucionais, conferidas pelo artigo 76 da lei Orgânica Municipal, inciso III, amparado pelo artigo 30 da Constituição Federal faz saber que a Câmara Municipal de vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Com o objetivo de fomentar a atividade dos pequenos produtores rurais do Município de São Bento do Tocantins, gerando renda e trabalho aos cooperados, incentivando a produção local, com fundamento no interesse público, fica o Poder Executivo autorizado a conceder o direito real de uso, a título gratuito, à COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DA REFORMA AGRÁRIA E DE PEQUENOS PRODUTORES – COOPERAMAZÔNIA, CNPJ nº 18.768.592/0001-51, do seguinte imóvel:

I - Unidade da Casa de Farinha, localizada no Projeto de Assentamento Martires da Terra, Zona Rural, no município de São Bento do Tocantins - TO.

**Parágrafo Único:** O imóvel descrito neste artigo destina-se a atividades de agregação de valor a produção agrícola familiar como mandioca, beneficiando diretamente as 240 famílias assentadas.

**Art. 2º** - A concessionária somente poderá realizar edificações e reformas no imóvel mediante prévia e expressa autorização do Município, atendidas as normas da legislação vigente.

**Art. 3º** - A presente concessão de direito real de uso terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura do termo de cessão de uso, podendo ser prorrogada por igual período.



§ 1º Em caso de interesse público devidamente motivado, a concessionária deverá retornar o uso do imóvel ao Município no prazo de até 90 (noventa) dias.

§ 2º Caso o imóvel não seja utilizado para o fim estabelecido nesta Lei, a concessão fica automaticamente revogada.

§ 3º Finda ou revogada a concessão de direito real de uso, o imóvel retornará ao Município com todas as suas benfeitorias, não tendo a concessionária direito a qualquer indenização.

**Art. 4º** - Fica expressamente vedado à concessionária do imóvel, sob pena de abertura de processo administrativo para revogação da concessão:

I - transferir, ceder, locar ou sublocar o imóvel objeto da cessão, sem prévia e expressa autorização do Município;

II - usar o imóvel para atividades imorais, político-partidárias ou religiosas;

III - colocar no imóvel placas, bandeiras, cartazes, inscrições ou sinais de conotação imoral, político-partidária ou religiosa.

**Art. 5º** - A concessionária será responsável pelas perdas e danos causados a terceiros e ao patrimônio do Município na área de sua responsabilidade.

**Art. 6º** - Durante a vigência da concessão, as despesas correrão por conta da concessionária no que se refere à manutenção e limpeza da área física do imóvel.

**Art. 7º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bento do Tocantins, Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de setembro de 2025.

Paulo Wanderson De Sousa Damasceno

**Prefeito Municipal**